

‘Avanços nos direitos das mulheres na América Latina estão em risco’, diz ex-chefe de Comissão da OEA

Chilena Laura Albornoz Pollmann também foi Ministra de Assuntos da Mulher no governo de Michelle Bachelet. No Rio, ela participou de fórum sobre gênero e segurança

[\(O Globo, 22/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO — A mulher latino-americana conseguiu importantes conquistas nos últimos anos, mas hoje enfrenta a ameaça de uma onda conservadora que pode levar a retrocessos. O diagnóstico foi feito pela advogada chilena **Laura Albornoz Pollmann**, professora da Universidade do Chile e *senior fellow* do Atlantic Council.

No Rio, ela participou na semana passada da XVI Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana, realizada na Escola Naval pela Fundação Konrad Adenauer, em painel sobre o fator gênero na segurança internacional.

Laura Albornoz Pollmann foi ministra de Assuntos da Mulher do primeiro governo de Michelle Bachelet (2006-2010) e já chefiou a Comissão Interamericana de Mulheres da OEA. No Brasil, ela se diz preocupada com informações que chegam ao Chile sobre direitos das mulheres.

CELINA: O feminismo vive um momento de explosão no Chile, principalmente nas universidades.

LAURA ALBORNOZ POLLMANN: O feminismo sempre esteve ativo, mas é verdade que retomou muita força com a ação das estudantes universitárias.

No ano passado, o movimento se ativou por uma denúncia de assédio sexual, e eu me envolvi na universidade onde trabalho no cumprimento da punição de quem cometeu o assédio, que era um professor importante dentro da instituição. Ele era do meu partido, a Democracia Cristã, e terminou renunciando. A legislação chilena não tem regras para casos de assédio sexual entre professores e estudantes. Agora, por esta mobilização, foram criados procedimentos nas universidades. As mudanças sempre ocorrem depois de episódios como este. As estudantes souberam politizar com força a questão do feminismo. A única manifestação relevante dos últimos tempos foi a de 8 de março passado, Dia Internacional da Mulher.

Nos últimos anos, o Chile aprovou o aborto em três casos específicos e o movimento feminista ganhou peso na agenda nacional. Quais foram os principais avanços?

O aborto em três casos foi aprovado no segundo governo de Bachelet (2014-2018). Os avanços estiveram relacionados, por exemplo, ao reconhecimento legal do feminicídio. Ter uma mulher presidente ajudou muito. Mas a Argentina teve uma presidente mulher (Cristina Kirchner) e os avanços não foram tão notórios. Nem sempre ajuda, mas no caso do Chile sim. E tampouco é algo relacionado a governos de esquerda, que não são sinônimos de empoderamento feminino. Mas, no Chile, tivemos uma mulher presidente, socialista, que respaldou medidas em defesa dos direitos da mulher e da identidade de gênero.

O que ainda está pendente no Chile e na região?

A América Latina politizou as demandas das mulheres com valentia, mas continua sendo um continente conservador. Pelas ditaduras que vivemos, a falta de democracia e de desenvolvimento. As mudanças no mundo e na região obrigam a refazer os diagnósticos. Ainda falta muito, e devemos assumir as novas demandas. Na América Latina, as mulheres ainda não ocupam espaços importantes de poder nem em processos de paz ou

mecanismos de resolução de conflitos armados. E elas são as principais vítimas. Fui presidente da Comissão Interamericana da Mulheres da OEA, e, em muitas regiões, a situação é de alto risco para elas.

Quais regiões?

A fronteira entre Brasil e Venezuela e as zonas de conflito armado na Colômbia, por exemplo. A situação continua sendo muito desigual, e os riscos são permanentes. As economias vivem momentos de tensão e, novamente, quem são os mais afetados? As mulheres, as mais vulneráveis. Temos a situação das mulheres imigrantes e a existência de uma discriminação essencialmente racial. No Chile é incrível como tratam as mulheres imigrantes negras, sejam do Haiti ou da Colômbia. As haitianas trabalham em serviços de limpeza e são muito discriminadas.

A senhora fala numa ameaça conservadora.

Sim, me pergunto se estas ondas conservadoras, populistas, provocarão um retrocesso. Os avanços conseguidos em matéria dos direitos das mulheres estão em risco. Quando [uma ministra diz que as meninas são exploradas porque pobres e não usam calcinhas](#) , isso nos impacta e preocupa.

Essa informação teve repercussão no Chile?

Claro que sim. Quero ser cuidadosa, não quero gerar conflito. Mas me parece delicado o retrocesso em países como o Brasil, assim como poderia ser no Chile ou na Argentina. Os machismos são de direita e de esquerda. Temo que sejam afetados acordos internacionais que consagraram o respeito aos direitos humanos das mulheres.

Seu diagnóstico é que as mulheres latino-americanas conseguiram avanços, mas hoje lidam com ameaças conservadoras?

Sim, essas ameaças estão aí, latentes, têm diferentes rostos e podem nos

levar a retrocessos. Os discursos constroem realidades. Os fundamentalismos que passam por cima dos direitos humanos são perigosos. A ministra Damares irá ao Chile em novembro para participar de um encontro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e gostaria muito de ouvir suas opiniões pessoalmente. Gostaria de saber o que pensa o governo do Brasil sobre a ratificação do Mandato de Montevideu de 2016, que fala num piso mínimo que deve ser respeitado em matéria de direitos das mulheres.

Michelle Bachelet foi criticada pelo governo brasileiro após ter questionado a situação dos direitos humanos no país.

Podem existir diferenças sobre o que foi seu governo, mas [a figura de Michelle Bachelet no Chile em relação a seu passado é muito respeitada](#) . Foi desproporcional, incorreto e inadequado. O papel de Bachelet nas Nações Unidas é denunciar situações de vulnerabilidade de direitos, como ela fez nos casos da Venezuela e do Brasil. Em geral, quando um governo é questionado por um organismo internacional a resposta deve ser à altura. Todos acordamos formar parte deste sistema de defesa dos direitos humanos.

Quais são os desafios para as mulheres e para a região nos próximos tempos?

Lidar com questões como situações de conflito, migrações, tráfico de armas e de drogas e como elas afetam as mulheres e seus direitos. Ainda temos um problema complexo de distribuição do poder. Somos 52% da população latino-americana e estamos pedindo que nossa opinião seja levada em consideração em processos de segurança, de construção de paz e em regiões de conflito.

Por Janaína Figueiredo

Sem querer, ministra Damares impulsiona movimento feminista, por Debora Diniz

Na coluna desta semana, Debora Diniz explica como discurso retrógrado da ministra tem efeito contrário

[\(Marie Claire, 16/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Feministas são feias, mal-amadas e não se depilam. Mais do que sapatões de sítio, feministas não gostam de homens. Queriam ser como eles, por isso propõem uma inversão de valores no mundo vestindo rosa nos meninos e azul nas meninas. Feministas desorganizam a casa, pedem para os filhos lavarem a louça ou arrumarem o quarto. É tão grave o que fazem as feministas que sequer querem mais filhos, por isso lutam por descriminalizar o aborto. Em resumo, as feministas são mulheres problemáticas que mais deveriam estar em um hospício que pelas ruas.

Eu sou uma feminista. Não preciso aqui listar quantas roupas azuis havia no meu guarda-roupa quando criança para avaliar se tive um desenvolvimento de gênero apropriado à minha sexagem ao nascer. Sou casada com um homem, o mesmo há 25 anos, numa relação mais normalizada que a de homens e mulheres de bem que apontam o dedo para a vida alheia. Nunca fiz um aborto, mas estou convencida que nenhuma mulher pode ser presa por abortar. Não tenho filhos para ensiná-los sobre lavar pratos ou passar roupa, mas não descrevo o trabalho doméstico de maridos ou companheiros como “ajuda”. Em minha família, os dois cuidamos da casa, do orçamento, e planejamos o cuidado de nossos dependentes.

Ministra Damares é só uma voz ruidosa das que repetem essas fantasias sobre as feministas. E o faz a partir de um roteiro - ao mesmo tempo em que diz “fui violentada na infância” ou “sou mãe sozinha”, repete as tolices de

“feministas feias”. Se sinto compaixão pelo horror de sua experiência infantil, não me provoca sua biografia para as “novas formas de família”. Há décadas mulheres negras e pobres são chefes de família, sozinhas por vontade própria ou abandono, e jamais essa foi uma bandeira de reconhecimento à diversidade. Essa é uma típica frase de mulheres burguesas sobre a maternidade solitária como um projeto feminista, o que não parece ser o caso da ministra, ou de mulheres da casa grande que “pegavam meninas para criar”. Não duvido do amor e do cuidado da ministra à sua filha, só não me convence a personagem para o papel de famílias alternativas.

Assim como não há um termômetro para o feminismo ou um rito de iniciação como fazem os grupos religiosos, não há uma feminista típica. O feminismo como forma de vida, conjunto de ideias e valores, práticas e políticas é o que garantiu que uma mulher chegasse à ministra de direitos humanos de um país com valores patriarcais. É verdade que, no atual jogo de homens bravos que fazem flexão de braço uns aos outros como saudação mútua, o posto de Damares é parte do jogo masculino, por isso a pastora se torna ainda mais uma personagem caricata. Ela é o feminino que faz broma de todas nós – feministas ou não – pois arranca da história o que nossas antepassadas lutaram para vencer.

É bom que Damares seja bufona no cargo. Fortalece o feminismo, pois uma geração de meninas, adolescentes, mulheres comuns que jamais pensariam sobre o feminismo passam não só a abraçá-lo como levar adiante suas mensagens. Não por acaso muitas mulheres e homens repetiram causa feminista simples após o episódio das cores – vestiram-se como quiseram no trabalho, na casa ou nas televisões. Quanto mais Damares odiar o feminismo, mais fortes as feministas sairão desta história. Não importam quem sejamos, nomeiem-se como quiserem. O grupo que faz graça da pastora só aumenta. E no humor nos fortalecemos como feministas.

Casa da Mulher Trabalhadora lança dossiê que detalha retrocessos contra mulheres

Mesmo sem saber, você já deve ter conhecido alguma mulher que tenha feito um aborto. De acordo a Pesquisa Nacional do Aborto, pelo menos, uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já fez um aborto no Brasil. Isso quer dizer que 4,7 milhões de mulheres abortaram no país até o ano passado. Ainda que seja prática comum, o aborto é crime, a não ser em casos de estupro, risco de vida para a mulher e malformação do feto.

[\(Brasil de Fato, 05/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Nos últimos tempos, deputados federais, estaduais e vereadores conservadores têm trabalhado para criar leis que trazem penalidades maiores às mulheres que decidem fazer abortos clandestinos. Segundo o Dossiê Retrocessos em Tramitação, produzido pela ONG Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), existem pelo menos 15 projetos federais e três no estado do Rio de Janeiro com proposta de retirada de direitos sexuais reprodutivos.

Em entrevista ao Brasil de Fato, Vanessa Barroso, redatora do dossiê, ressalta que o documento serve de instrumento para que a população acompanhe o que está acontecendo nas casas legislativas e consiga se posicionar. “Agora os projetos de reforma da Previdência e reforma trabalhista estão sendo tratados em regime de urgência, mas não podemos nos esquecer que os outros projetos de retiradas de direitos estão lá e podem entrar em votação a qualquer momento”, explica.



O documento serve de instrumento para que a população acompanhe o que está acontecendo nas casas legislativas e consiga se posicionar / Divulgação

Brasil de Fato: Quais são os principais retrocessos propostos pelos parlamentares brasileiros que vocês notaram ao formular o dossiê?

Vanessa Barroso: O Estatuto do Nascituro é o maior deles. Ele foi apresentado em 2007, mas teve pedido de urgência pela Frente Parlamentar Evangélica, no final do ano passado, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter se posicionado pela descriminalização do aborto ao julgar um caso específico, que aconteceu no Baixada Fluminense. O Estatuto apresenta uma série de retrocessos e retirada de direitos que hoje são garantidos por lei, como o aborto em casos em casos de estupro, risco de vida para a mulher e malformação do feto.

O projeto ainda visa criar a “bolsa-estupro”, onde o Estado torna-se legitimador da violência sexual contra as mulheres, dando “direitos” de pai a estupradores e exigindo que paguem pensão alimentícia. E, ainda, obriga a mulher a denunciar o crime.

Foi colocado em regime de urgência no ano passado, mas ainda não

foi votado?

Não, por conta do cenário de votação da reforma da Previdência e reforma trabalhista. Mas pode voltar ao plenário a qualquer momento. Além do estatuto, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM) pediu a instalação de uma comissão especial para inserir na Constituição um dispositivo sobre a proteção da vida desde a concepção, em qualquer circunstância. A comissão especial, na realidade, seria formada para tratar sobre uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), parada desde 2013 e retomada às pressas após decisão do STF, que estende a licença maternidade em caso de nascimento prematuro à quantidade de dias que o recém-nascido passar internado. Mas esse é apenas um pretexto para modificar o conteúdo do projeto e incluir texto que considere o aborto crime em qualquer circunstância.

Além dessas propostas em âmbito federal, como estão os projetos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)?

Em 2017, os projetos na Alerj que ferem esses nossos direitos estão relativamente estacionados, apesar de muitos parlamentares fluminenses estarem mexendo seus pauzinhos no Congresso Nacional. Mas nos últimos anos tivemos vários exemplos, a “CPI do aborto” é um deles. Ela pretendia exigir notificação à polícia toda vez que uma mulher fosse internada em situação de aborto, fosse espontâneo ou não. A CPI foi arquivada por conta da luta das mulheres. É muito importante para continuar a luta, entender o que está acontecendo nas casas parlamentares, para tentar frear o avanço dos retrocessos aos nossos direitos.

No Brasil hoje existem mais propostas para criminalizar a mulher e o aborto do que leis que criem condições de tratar a questão como assunto de saúde pública. Por quê?

Acreditamos que isso tem a ver com a configuração do Congresso Nacional, da Alerj e da Câmara dos Vereadores que é muito conservadora. Estamos vendo o fortalecimento das bancadas fundamentalistas, que trabalham contra direitos sexuais reprodutivos e querem colocar a mulher em um estereótipo de mãe e dona de casa que não toma as suas próprias decisões. Essa é uma

forma de controlar os nossos corpos. O pouco que conquistamos ao longo da história, estão querendo nos tirar.

Mesmo que na lei seja garantido o aborto para alguns casos, na prática, muitas mulheres não conseguem realizar, muitas vezes, por negligência do Estado...

Existe um projeto de lei da vereadora Marielle Santos (Psol), no Rio, que tenta garantir justamente que a lei funcione na prática. O projeto busca efetivar esse direito através do acolhimento e orientação às mulheres, garantindo o atendimento livre de discriminação por qualquer motivo. Nossa expectativa é que seja aprovado, apesar da Câmara do Rio ter uma configuração muito conservadora, em que vereadores querem transpor seus dogmas religiosos para a política, ignorando o Estado Laico. Há uma pressão grande do movimento feminista para que esse projeto seja aprovado. Esperamos que em breve seja colocado em pauta.

Quais os próximos passos da CAMTRA, após a formulação do dossiê?

O dossiê é um instrumento para que a população saiba o que está acontecendo nas casas legislativas e possa se organizar para se opor ao conservadorismo. Pretendemos fazer ainda um trabalho de formação política com jovens e mulheres, a partir desse material. Além disso, queremos construir um observatório de políticas públicas, para que estejamos sempre alertas. A ideia é continuar o trabalho de acompanhamento desses projetos legislativos, usando o dossiê como uma ferramenta mesmo.

Edição: Vivian Virissimo

Marcha de Mulheres em

Washington: resistindo a Trump

A Marcha das Mulheres em Washington é um movimento liderado por mulheres com o intuito de reunir pessoas de todos os gêneros, idades, raças, culturas, afiliações políticas e origens na capital dos EUA no dia 21 de janeiro de 2017 para reafirmar nossa humanidade comum e pronunciar nossa mensagem ousada de resistência e autodeterminação.

[\(http://sxpolitics.org/ - Acesse o site de origem\)](http://sxpolitics.org/)

Reconhecendo que as mulheres têm identidades interseccionais e múltiplas e, portanto, são impactadas por um grande número de questões relativas à justiça social e aos direitos humanos, delineamos uma visão representativa para um governo que se baseia nos princípios de liberdade e justiça para todos/as. Como disse o Dr. M.L King:

“Nossa liberação depende de cada uma de nós. A Marcha das Mulheres em Washington inclui líderes de organizações e comunidades que vêm construindo a base para o progresso social por muitas gerações. Nós acolhemos e agradecemos a vibrante colaboração e honramos o legado dos movimentos anteriores a nós - sufragistas e abolicionistas, o Movimento dos Direitos Civis, o movimento feminista, o Movimento Indígena Americano, Ocupa Wall Street, o movimento pelo Matrimônio Igualitário, o movimento Vidas Negras Importam (Black Lives Matter) e muito outros - e, assim, criamos uma estrutura descentralizada de liderança e definimos como foco uma agenda ambiciosa, fundamental e abrangente”.

#PORQUEMARCHAMOS

Nós somos hoje empoderadas por que, antes nós, líderes revolucionárias abrimos o caminho para que possamos marchar e reconhecer todas que, no mundo inteiro, lutam por nossas liberdades. Honramos essas mulheres e tantas outras. São elas: #PORQUEMARCHAMOS.

Quem tem medo do feminismo?, por Nana Soares

(O Estado de S. Paulo, 17/12/20015) O Profissão Repórter desta terça-feira teve como tema o feminismo. Corajosamente, o programa mostrou uma face importante do que é ser ativista nessa temática, especialmente em tempos de internet: receber ofensas, ataques e ameaças criminosas.

Lola Aronovich, um dos nomes mais conhecidos na rede quando o tema é feminismo, foi uma das entrevistadas. Lola recebe ameaças de morte há anos e já registrou diversos boletins de ocorrência. A equipe do programa foi atrás também de dois de seus agressores mais conhecidos e violentos, que já chegaram a ser presos por conta de crimes de ódio na internet. Por conta dessa abordagem os jornalistas Guilherme Belarmino e Valéria Almeida também passaram a ser alvo de ameaças e de ofensas. No caso, de cunho racista.

Leia mais: [Feministas tomam a internet e as ruas em protestos e viram alvo de ataques \(profissão Repórter, 15/12/2015\)](#)

O triste é que saber das ameaças sofridas pela equipe não me causou surpresa alguma. Porque é isso que acontece quando nos pronunciamos sobre direitos das mulheres, e especialmente se usamos a palavra 'feminismo'.

Dois anos atrás, no início da discussão sobre assédio sexual trazida pelo "Chega de Fiu-Fiu", a organizadora Juliana de Faria recebeu ameaças de estupro e de morte. Na época, a discussão ainda era bem incipiente. Mas foi a mesma coisa em 2014 com a fundadora da campanha "Não mereço ser estuprada", Nana Queiroz. Centenas de ameaças de estupro e vários boletins de ocorrência registrados. Isso porque era um protesto contra o estupro, que teoricamente é condenado pela sociedade (só teoricamente, como dito em

outro artigo).

Quando eu e a amiga Ana Carolina Nunes nos manifestamos para tentar combater o assédio sexual no Metrô, ouvimos o mesmo tipo de coisas: “Tem que ser louco para querer assediar vocês” e daí pra baixo. E o padrão se repete para qualquer iniciativa que ganhe alguma visibilidade. Tudo isso sem falar que, caso você seja negra, as ofensas racistas se somam às de gênero, como no caso de Valéria Almeida. Taís Araujo, Sheron Menezes e a jornalista Maria Júlia Coutinho também foram alvo de ataques racistas na internet recentemente.

Há quem pense que “são só os loucos da internet” e que não há motivo para preocupação, porque essa fúria dificilmente sai do virtual. Mas as ameaças de estupro e as injúrias racistas são, por lei, condenáveis. Então por que são faladas com tanta tranquilidade na internet?

O feminismo está avançando - para liberdade de uns e fúria de outros. E, com isso, vem a reação a esse crescimento. Por almejar uma mudança estrutural na sociedade, é de se esperar que os que perderiam benefícios se revoltem usando as armas disponíveis. E se xingar e ameaçar na internet ainda não traz consequências para quem ofende e é possível amparar-se no anonimato, é esse o meio escolhido.

O virtual não ocupa mais um espaço periférico em nossas vidas. Estamos conectados constantemente e o que acontece nessa esfera interfere sim no ‘real’ em muitos casos. Tais ofensas, tão cotidianas na vida das feministas, não podem passar impunes. Porque nós não vamos pedir desculpas por falar o que deve ser falado e por incomodar. A intenção sempre foi essa.

[Acesse o PDF: Quem tem medo do feminismo?, por Nana Soares \(O Estado de S. Paulo, 17/12/2015\)](#)

‘Sofremos opressões todos os dias’, dizem criadoras da ação #MeuAmigoSecreto

(O Globo, 26/11/2015) Sete jovens iniciaram movimento on-line que já tem milhares de adeptas

Há menos de 48 horas no ar, mas já com milhares de apoiadoras, a campanha #MeuAmigoSecreto incita as mulheres a expor comportamentos e declarações machistas que enfrentam cotidianamente. Utilizando a brincadeira de fim de ano como gancho, as internautas descrevem, de maneira realista, os conhecidos que costumam soltar “piadinhas” misóginas no meio do expediente: “#MeuAmigoSecreto elogia, se mostra educado, trata super bem a mina, mas se ela demonstra que não quer nada com ele, fala que ela é metida”, conta uma internauta. “#MeuAmigoSecreto acha que a colega de trabalho serve para ‘alegrar’ seu dia”, relata outra.

As alavancas do projeto — elas preferem não carregar o título de líderes — são sete jovens, com idades entre 19 e 24 anos, que se conheceram por meio da militância feminista. São estudantes de relações internacionais, ciências sociais e engenharia de materiais, e há duas já formadas: uma em jornalismo, e a outra faz mestrado em políticas públicas. Quase todas moram no Rio. Na entrevista, elas contam que a ação surgiu a partir de um relato pessoal de uma das integrantes, e ganhou força espontaneamente, graças à internet. Elas também sonham com um livro do projeto.

A iniciativa surge em um momento de ebulição especial para o movimento, após o sucesso da ação #PrimeiroAssédio, que, no mês passado, estimulou mulheres a compartilharem as histórias sobre a primeira vez em que foram assediadas. Pouco depois, as militantes foram às ruas em diversas capitais em manifestações contra o projeto de lei 5069/13, de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que sugere maior rigor na punição ao aborto. As denúncias contra o secretário de Governo do Rio, Pedro Paulo Carvalho, acusado de agredir a ex-mulher, só colocaram lenha

na fogueira. Nesta quarta-feira, Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher, mais uma vez elas se reuniram nas avenidas para pedir a exoneração de Cunha e Pedro Paulo de seus cargos.

O GLOBO: Como surgiu a ideia da campanha #MeuAmigoSecreto?

Jéssica Sol: Começou como uma coisa fragmentada, uma onda mesmo, no Facebook, após o pontapé inicial do Twitter @NaoMeKahlo. Daí eu fiz um post no meu perfil pessoal sobre isso, e ele acabou tendo muitos compartilhamentos. Então resolvemos criar a página para centralizar e amplificar a campanha. Mas a hashtag, como tudo na internet, ganhou vida própria. Foi uma criação da internet, das mulheres militantes.

Dandara Oliveira de Paula: Foi tudo muito rápido! Em menos de 24 horas já tínhamos mais de 5 mil “curtidas” na página. E não denunciemos só machismo, mas também racismo, gordofobia, LGBTfobia. Todas as opressões que sofremos no dia a dia.

Houve inspiração na hashtag #PrimeiroAssédio?

Dandara: Sim! E o que diferencia a #MeuAmigoSecreto da #PrimeiroAssédio é que estamos denunciando coisas que acontecem agora, não que aconteceram um tempo atrás.

Letícia Vieira Goulart: A nova hashtag é mais abrangente, porque denunciemos todas as pequenas agressões misóginas, principalmente as contradições de quem se diz a favor da igualdade.

Qual a intenção da página no Facebook?

Maria Leão: A ideia é que os agressores possam se ver nos cartões de Natal, e que se crie um ambiente onde as pessoas agredidas estejam confortáveis e protegidas. A página amplifica e despersonaliza os casos, protegendo as vítimas que fazem denúncias. A acusação com nome citado pode gerar ameaça não só física e moral para as sobreviventes, como ameaça judicial, em alguns casos. Na maioria das vezes as mulheres não têm provas, não têm testemunhas ou não confiam na polícia. Ou, pior: o opressor é uma pessoa com poder, como um chefe ou professor. Por isso, a hashtag é, ao menos, um

alívio.

Dandara: A intenção é gerar debate e um espaço de desabafo. Fora que dá um sentimento de coletividade ver que todas nós sofremos opressões parecidas todos os dias, porque muitas vezes achamos que é sempre um caso isolado. As meninas que não fazem parte de coletivos feministas não têm ideia de como o problema afeta todo mundo.

Com a ajuda do projeto, os homens já estão se tocando de seus atos?

Jéssica: Esperamos que sim. O objetivo é que a ação tenha esse duplo efeito: fazer os homens não terem para onde correr e, ao mesmo tempo, ajudar a aliviar a mente e o coração das meninas. Também nos ajuda a criar uma ferramenta para enfrentar essas situações daqui para frente, nos ajuda a aprender a não aceitar mais.

Dandara: Eu mesma escrevi no meu perfil algo que aconteceu, usando a hashtag, e a pessoa que tinha me falado tal absurdo veio falar comigo. Estamos recebendo na página muitas sugestões e histórias pessoais que pedem para ser anônimas exatamente porque, geralmente, o opressor é uma pessoa muito próxima.

Vocês se surpreenderam com a repercussão?

Jéssica: Muito! Estamos estudando menos, trabalhando menos. (risos) Mudou a rotina de todas nós.

Maria: É um tal de “batemos cinco mil curtidas! Peraí.. Já foram seis mil!”. Está um furacão.

E vocês pensam em um desdobramento da campanha?

Maria: Penso que, pela primeira vez, nas reuniões de fim de ano, não serão só as mulheres, os negros e os LGBTs que estarão desconfortáveis! (risos)

Dandara: Eu sonho com um livro do projeto.

Marina Cohen

Acesse o PDF: [‘Sofremos opressões todos os dias’, dizem criadoras da ação #MeuAmigoSecreto \(O Globo, 26/11/2015\)](#)

Primavera das mulheres

(G1, 18/11/2015) Entenda o movimento que levou mulheres às ruas e tomou conta das redes sociais.

vídeo interativo explica a Primavera das Mulheres, onde mulheres ganham cada vez mais espaço e notoriedade nas redes sociais e nas ruas através de protestos contra a violência, machismo, sexismo, racismo e homofobia.

Acesse no site de origem: [Primavera das mulheres \(G1, 18/11/2015\)](#)

Movimento feminista sai do armário e ganha vertentes do pop à periferia

(Folha de S. Paulo, 31/05/2015) Antes um baita palavrão associado ao mundo acadêmico e à figura da mulher mal-amada de sovaco cabeludo, o feminismo tomou os palcos pop pelo mundo. A saída do armário de algumas celebridades abriu as portas para uma nova geração de feministas sem-vergonha de todas as idades.

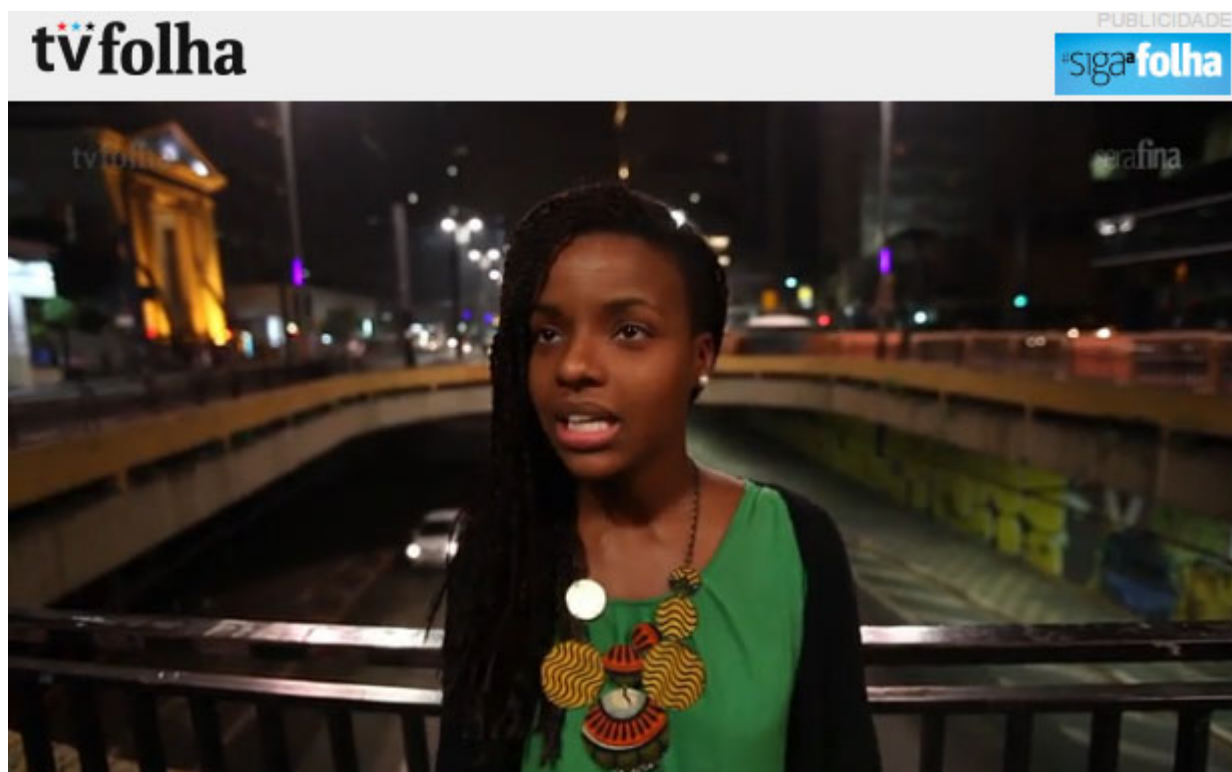
No Brasil, as famosas ainda se posicionam pouco, mas campanhas como Chega de Fiu Fiu e Eu Não Mereço Ser Estuprada e movimentos como a

Marcha das Vadias dão cor local à militância. As caras são novas, mas o objetivo é o mesmo: lutar por direitos iguais -e causar alguma polêmica.

Na contramão (ou no acostamento) da nova onda de “empoderamento” feminino, surgem personagens e movimentos curiosos, como o “meninismo” (“meninism”, no termo em inglês). Para alguns, ele viria discutir as dificuldades e pressões de ser homem na sociedade atual -para outros, é só uma boa piada. Outra cria do fenômeno recente é o homem feminista. Ninguém sabe se ele existe, mas muita gente diz que já viu.

Há quem diga que o feminismo pop é apenas estratégia de marketing que acaba por desviar a atenção das questões fundamentais. Outros acham que ajuda a desmistificar o movimento e que qualquer ação que traga mais atenção e adeptas à causa vale a pena. O novo movimento tem ícones para todos os gostos. “O nosso feminismo está em descer a rua todo o dia para buscar o pão”, diz Semayat Oliveira, do coletivo Nós, Mulheres da Periferia.

Clique na imagem e assista ao vídeo:



VALESCA POPOZUDA

Citada como ícone do feminismo brasileiro em uma reportagem do canal francês France 2, a funkeira defende, nas letras e no discurso, a liberação sexual feminina e o direito das mulheres realizarem seus desejos sem dar satisfação. Virou até objeto de pesquisa acadêmica, “My Pussy é o Poder” (“pussy” quer dizer xoxota, em inglês), sobre funk e feminismo, de uma aluna de mestrado da Universidade Federal Fluminense.

JAZZ JENNINGS

Representante das adolescentes que também lideram o novo feminismo, Jazz é uma ativista transexual (nasceu homem e virou garota) de 14 anos e discute sua identidade de gênero publicamente desde os seis. Já brigou com a federação de futebol dos EUA para que a deixasse jogar em times de menina e foi escolhida pela revista “Time” para perfilar outro ícone trans, [Laverne Cox](#).

CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE

A nigeriana, eleita pela revista “New Yorker” uma das principais escritoras de ficção com menos de 40 anos, é autora de um manifesto fundamental do movimento atual, “Sejamos Todos Feministas”. Sua [palestra](#) TED, série de conferências para difundir boas ideias, em 2012, foi assistida por 2 milhões de pessoas, transformada em livro e ganhou ainda mais atenção quando virou trecho da música “Flawless”, de Beyoncé.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA

Questões feministas se juntam com as de classe social e raça nas discussões do coletivo de jovens moradoras de bairros da periferia de São Paulo. Em seu [site](#), elas abordam temas como maternidade e trabalho doméstico e divulgam eventos como o Encrespa Geral, pela valorização dos cabelos crespos.

THINK OLGA

Chega de Fiu Fiu, campanha pelo fim do assédio em locais públicos, e Entreviste uma Mulher, pela maior presença feminina em notícias, são algumas das ações difundidas pelo [Think Olga](#) fizeram o site virar referência de conteúdo feminista no Brasil. O “think tank” lançou o e-book “Meu Corpo Não é Seu”, pela Companhia das Letras.

RUPI KAUR

Para discutir o conceito hindu de que uma mulher menstruada seria impura, a artista canadense-indiana postou fotos de sua menstruação [no Instagram](#). As imagens correram o mundo e, depois de reclamações, foram censuradas pelo aplicativo. Rupi agradeceu à rede social por provar sua teoria de que a sociedade aceita a objetificação das mulheres, mas não encara um “vazamento”.

ALISON BECHDEL

A partir de uma tirinha da cartunista americana, autora da HQ “[Dykes to Watch Out For](#)”, surgiu, nos anos 1980, o chamado “Teste de Bechdel”, hoje usado amplamente para avaliar se um filme é sexista ou não.

No cartum, uma personagem diz que só vê um filme se ele tiver pelo menos duas mulheres, se elas conversarem uma com a outra e se o assunto não for homem.

PATRICIA ARQUETTE

A atriz de “Boyhood” ganhou o Oscar e aproveitou o palco para discursar pela igualdade de direitos e salários para as mulheres em Hollywood. Na mesma cerimônia, Reese Witherspoon iniciou uma campanha para incentivar os entrevistadores de tapete vermelho a perguntarem mais do que a grife dos vestidos das atrizes.

FURIOSA

A verdadeira protagonista do novo “Mad Max”, vivida por Charlize Theron, lidera uma gangue contra o patriarcado do vilão Immortan Joe -que coleciona “procriadoras” para seus filhos. O diretor, George Miller, chamou a autora de “Os Monólogos da Vagina”, Eve Ensler, para ser consultora do longa, tachado de “filme de ação feminista”.

BEYONCÉ

Uma das principais celebridades do mundo, a cantora garantiu uma exposição inédita para a palavra feminismo. Em 2014, apareceu na principal premiação da MTV na frente de um “feminista” gigante estampado no telão - e assistido por 12 milhões de americanos e outros tantos pelo mundo.

Democracia participativa e paridade de gênero são demandas do movimento feminista nas eleições

(Observatório da Sociedade Civil, 20/08/2014) Com pouco mais de um mês para as eleições do próximo dia 5 de outubro, movimentos e organizações da sociedade civil seguem se mobilizando na tentativa de incidir nas pautas eleitorais. Para o movimento feminista, um dos grandes objetivos é a luta por uma reforma política que amplie a presença das mulheres nos espaço de poder e a democracia participativa, para que as mulheres também possam protagonizar as principais decisões e mudanças do país.

Para Sônia Coelho, coordenadora da [Marcha Mundial das Mulheres](#), o atual processo eleitoral apresenta um setor conservador muito forte que tende a travar as discussões propostas pelo movimento, principalmente em relação a questões como o aborto. No entanto, existe uma intensa articulação entre ativistas, movimentos e organizações na busca por melhor representatividade que possa alterar esse cenário.

No ano passado, diversos movimentos sociais entregaram um [documento](#) ao Congresso Nacional reivindicando paridade política. Hoje, as mulheres ainda representam [mais de 50% da população, mas menos de 10% do Congresso Nacional](#). Segundo Sônia Coelho, a sub-representação das mulheres exige maior atenção nas campanhas eleitorais, considerando também o aperfeiçoamento geral de mecanismos de participação social. Para ela, não basta apenas compartilhar o poder entre homens e mulheres, mas aumentar a participação da mulher com uma perspectiva feminista e de classe.

Em uma tentativa de dar visibilidade e combater a desigualdade de gêneros na política e nas instâncias de deliberação, a paranaense Sharon Caleffi criou a página “[Vote numa Feminista](#)”, no Facebook. Com mais de 10 mil seguidores até a publicação desta matéria, a página criada no final de junho reúne candidatas aos cargos de Deputada Estadual e Federal com o objetivo de incentivar a participação feminista no poder Legislativo, dando visibilidade às candidatas.

Em entrevista ao Observatório da Sociedade Civil, Sharon Caleffi, integrante do coletivo feminista [FemMaterna](#) explica como surgiu a ideia de criar a página e qual a importância de ampliar a presença da mulher na política. “É preciso que o Estado atue no sentido de garantir direitos às mulheres - não só escrevê-los em papel, e de levar essa garantia de direitos aonde as mulheres estão - com recursos: delegacias, hospitais, profissionais especializados, com formação política. É papel do Estado diminuir as diferenças históricas de oportunidades que homens e mulheres tiveram e ainda tem no Brasil”, afirma a militante.

Leia a entrevista completa com Sharon Caleffi abaixo:

Observatório da Sociedade Civil - De onde surgiu a ideia de criar a página [Vote numa Feminista](#)? Qual o objetivo da página?

Sharon Caleffi - A vontade de apoiar candidatas com pautas feministas nas eleições é antiga, minha e de várias colegas de militância em diversos grupos onde eu militei. Mas sempre houve algum tipo de discordância sobre um partido ou outro e os projetos eram adiados. Esse ano eu estava conversando com as colegas e tentando descobrir quais candidatas aqui do Paraná se declaravam feministas e tinham pautas pelos direitos das mulheres. Então veio o estalo de fazer uma página específica, que divulgasse as candidaturas de todas elas, independente de partido, desde que entre as principais bandeiras estivesse o direito das mulheres.

O objetivo é aumentar a visibilidade das candidatas feministas, principalmente porque em muitos casos os partidos não têm essa visibilidade ou não apoiam as candidaturas das mulheres de forma efetiva. Levar a ideia de votar em uma mulher feminista para que ela lute pela efetivação dos

direitos das mulheres nos espaços de poder às mulheres que não conhecem o feminismo. E, sim, tentar, quem sabe, ajudar a eleger alguma candidata. Toda mulher que se elege é um exemplo para que mais mulheres entrem na política e mudem o jeito de governar.

Como é a seleção das candidatas e suas propostas? Vocês aceitam indicações ou partem de pesquisas próprias?

Até o momento, trabalhamos apenas com indicações, porque é essencial que a candidata se declare feminista. Então é melhor que alguém que a conheça, o comitê ou ela própria se apresentem. Após a indicação, eu acesso o material online da candidata e vejo como ela apresenta as pautas das mulheres, se tem destaque e se o enfoque é a autonomia da mulher sobre si mesma. Não me surpreendi da maioria das candidatas ser de esquerda, porque o feminismo é, em geral, um movimento da esquerda. Principalmente porque é necessário investimento governamental para a garantia de direitos, delegacias, hospitais para parto humanizado e realização de aborto legal, creches, políticas públicas de participação popular: levar a política até a população. Tirar os direitos do papel e fazer com que façam parte do cotidiano das pessoas nunca foi uma prioridade da direita no Brasil. Então não é surpresa que não tenha candidatas de partidos de direita. Isso não impede que candidatas desses partidos se indiquem, mas, até agora, nenhuma veio.

Qual a importância de ampliar a presença da mulher na política?

Os efeitos de se ampliar a participação da mulher na política já estão começando a aparecer. O mandato da Dilma foi um marco. Mulheres atuaram como ministras, secretárias, foram responsáveis por organismos estatais importantes. Mostraram que podem ser boas governantes, boas representantes, tanto quanto os homens. E começaram a trabalhar em prol das mulheres. Eu acredito que o fato de mulheres serem votadas de forma expressiva, mesmo que por questões do processo eleitoral brasileiro não sejam eleitas, já é uma mudança significativa: as pessoas vão começar a ouvir mais as mulheres. E quanto mais mulheres eleitas, melhor. Sempre é bom ver uma mulher no comando político, pois são poucas. Elas enfrentam uma carga de críticas muito mais pesada que seus colegas homens e mesmo assim

continuam trabalhando pela sociedade, acreditando que podem fazer a diferença na política.

Cada mulher que sobe leva muitas com ela. Cada mulher que cumpre seu mandato no governo inspira mais mulheres. E eu acredito que, mesmo que o número de mulheres candidatas tenha aumentado recentemente apenas por conta da lei dos 30%, nós podemos chegar mais longe do que isso e um dia conseguirmos a paridade. Ou melhor, teremos 51% da representação.

Mas então porque especificar “Vote numa feminista”? Porque as feministas, apesar das diferenças de opiniões e vertentes, compreendem que é necessário, sim, ajudar as mulheres a quebrar e transpor as barreiras impostas pelo patriarcado e pelo machismo. É preciso que o Estado atue no sentido de garantir direitos às mulheres – não só escrevê-los em papel, e de levar essa garantia de direitos onde as mulheres estão – com recursos: delegacias, hospitais, profissionais especializados, com formação política. É papel do Estado diminuir as diferenças históricas de oportunidades que homens e mulheres tiveram e ainda tem no Brasil.

Outro motivo importante para a minha decisão de apoiar candidatas que se declaram abertamente feministas é a coragem de assumir uma posição ainda odiada e mal compreendida na nossa sociedade. Feministas ainda são vistas como as bruxas más. A sociedade talvez possa conceder voto a uma mulher que considere “correta”, “boa”, “disciplinada”. Mas votar em uma feminista, numa mulher que todos falam que é uma “bruxa”, uma “louca”, uma “destruidora de lares”, que “vai direto pro inferno”, nunca.

Você tem ligação direta com o movimento feminista? Milita em alguma organização ou movimento específico?

Sim, faço parte de um coletivo feminista centrado na maternidade, o FemMaterna, e de um grupo feminista na minha cidade, o Feministas das Araucárias.

Qual a sua perspectiva de alcance da página no Facebook? Pretendem pautar diretamente as eleições?

A página tem crescido todo dia e não sei onde pode chegar. Temos pessoas

atingidas em todos os estados brasileiros, espero que mulheres de todo o Brasil estejam conhecendo as candidatas. Começamos hoje um espaço de entrevista e conversa e espero que aos poucos mais mulheres participem da página... e votem numa mulher - mesmo que não seja numa feminista, mas não num homem. Nós mulheres temos o poder de pautar as eleições sim - somos metade do eleitorado, se nos unirmos podemos colocar quem quisermos onde quisermos, mas fomos proibidas e desencorajadas de participar da política durante todo esse tempo.

Mesmo sendo 52% do eleitorado, as mulheres nunca foram ouvidas no Brasil. A política sempre foi de homens para homens, as coisas das mulheres eram vistas como coisas de casa e não do mundo político. Houve e há muita injustiça devido a essa miopia na história da nossa democracia. Há pouco tempo as mulheres começaram a conquistar espaços e a efetivar seus direitos através de políticas públicas e distribuição de recursos. Eu acredito que só as mulheres conhecem a vida de mulher e só elas podem levar esse conhecimento para o governo de forma correta. Agora que estamos aprendendo como, quando, onde, falar sobre nossas lutas, não podemos deixar que tomem nosso espaço... Nós vamos falar mais sobre violência doméstica, violência obstétrica, machismo, abuso sexual, estupro, aborto. As eleições são uma época boa para tentarmos tornar assuntos "tabus" mais conhecidos e discutidos, para mostrar que sem o olhar atento para as questões das mulheres, não se é um país completo.

Acesse no site de origem: [Democracia participativa e paridade de gênero são demandas do movimento feminista nas eleições \(Observatório da Sociedade Civil, 20/08/2014\)](#)

Vinte anos sem Lélia Gonzalez

(Geledés) Lélia Gonzalez nasceu em 1º de fevereiro de 1935, em Minas Gerais, filha do negro ferroviário Accacio Serafim d' Almeida e de Orcinda

Serafim d' Almeida Lélia de Almeida González. Era a penúltima de 18 irmãos. Com a mãe indígena, que era doméstica, recebeu as primeiras lições de independência. Mudou-se com a família em 1942 para o Rio de Janeiro, acompanhando o irmão Jaime, jogador de futebol do Flamengo. No Rio de Janeiro, cidade que amava, seu primeiro emprego foi de babá. Não raro se identificava como carioca, foi torcedora incondicional do Flamengo.

Graduou-se em história e filosofia, exercendo a função de professora da rede pública. Posteriormente, concluiu o mestrado em comunicação social. Doutorou-se em antropologia política /social, em São Paulo (SP), e dedicou-se às pesquisas sobre a temática de gênero e etnia. Professora universitária, lecionava Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio). Seu último cargo na instituição foi de chefe do departamento de Sociologia e Política.

Viúva de Luiz Carlos González, enfrentou o preconceito por parte da família branca do marido.

Através do candomblé, da psicanálise e da cultura afro-brasileira assumiu sua condição de mulher e negra.

Lélia se destacou pela importante participação que teve no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma das fundadoras. Em 07 de julho de 1978 em ato público oficializou a entidade em nível nacional. Para ela, o advento do MNU “consistiu no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade brasileira na década de 70.”

Ativista incansável, militou também em diversas organizações, com o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, do qual foi uma das fundadoras. Em Salvador fez-se presente na fundação do Olodum. Sua importante atuação em defesa da mulher negra rendeu a Lélia a indicação para membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Atuou no órgão de 1985 a 1989. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e disputou vaga na Câmara Federal, em 1982, alcançando a primeira suplência. Foi candidata a deputada federal em 1982. Em 1986, estava no Partido Democrático Trabalhista (PDT), por onde se candidatou como deputada estadual, também conquistando a suplência.

Nos últimos anos, estudava o que ela chamava “negros da diáspora”, dando origem ao conceito de amefricanidade. Escreveu *Festas populares no Brasil*, premiado na Feira de Frankfurt, *Lugar de negro*, em co-autoria com Carlos Hasenbalg, duas teses de pós-graduação, além de diversos artigos para revistas científicas e obras coletivas. Faleceu vítima de problemas cardíacos no Rio de Janeiro no dia 10 julho de 1994.

As reflexões de Lélia Gonzalez também estão contidas em papers, comunicações, seminários, panfletos político-sociais partidários, entre outros em poder de parentes, amigas e religiosos que possuem a curadoria e direitos autorais de sua obra.

“Lélia exerceu um papel fundamental na criação e ampliação do movimento negro contemporâneo. Em termos pessoais, seu grande orgulho foi servir como “catalisadora” dos anseios de uma parcela da juventude negra de Salvador, Bahia, no final dos anos 70. A partir de um ciclo de palestras que ela realizou na cidade, em maio de 1978. Este fato revela o que, para mim, foi o traço mais característico de Lélia: a capacidade ímpar de nos instigar com a exuberância de sua fala, nos inspirar com a luminosidade de sua personalidade”. (Luiza Barros. Extraído do artigo “Lembrando Lélia Gonzalez”. In.: Livro da saúde das Mulheres Negras).

20 anos sem Lélia Gonzalez

Há 20 (vinte) anos atrás, no dia 10 de julho de 1994, em plena Copa do Mundo, Lélia Gonzalez foi para o Orum (mundo espiritual), deixando um grande legado para militantes, pesquisadoras (es) e estudiosas (os) das questões étnico-raciais e de gênero. Lélia, uma torcedora apaixonada, não comemorou a vitória do Brasil contra a Itália.

São vinte anos sem esta guerreira, conhecida e reconhecida como uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil e que tantas saudades nos provoca.



Acesse no site de origem: [Hoje na História, 1935, nascia Lélia Gonzalez](#)